

Crises, Brasil e o Movimento da AGB*

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence."

Bertold Brecht

Zeno Soares Crocetti
Professor de geografia na UNIBEM
Aluno do programa de pós-graduação em geografia na UFSC
crocetti@uol.com.br

Introdução

A crise mundial, no Ocidente e no Oriente, a Norte e a Sul, nos mostra um mundo passando por um processo de profundas transformações. Nesse começo do século XXI, só agora começamos a nos livrar da herança do século XIX.

Se a História não acabou, como comemorou a direita predatória, comandada por F. Fukuyama, mas vivemos hoje um momento de redefinição do histórico. E isto passa pela importância que o Espaço tem agora. Quando afirmamos que o território é uma produção a partir do espaço, estamos enfatizando que os atores, organizam, delimitam, constroem, destroem, alteram os territórios sempre em função de alguma intenção.

As fronteiras, as redes de circulação, e os recursos, são assim pensados e instrumentalizados em função dos interesses de cada ator. É importante reconhecer outros atores além do Estado – *Mega Empresas, OMC, FMI, BIRD* –, agindo assim, pretendemos entender de que forma o neoliberalismo, essa nova instância de poder e territorialização, vai alterando e organizando o espaço anterior e construindo um novo território.

Qual a natureza da crise brasileira?

Essa questão está na mente de todas as pessoas, agora porque a situação geral está chegando a um limite de difícil diagnóstico embora se saiba que, no conjunto, a sociedade quer avançar, mas sem abrir mão das conquistas adquiridas que se apoiam no direito e na justiça.

Os problemas são conhecidos, as soluções também. Por que então marcamos passo a mais de 20 anos?

* Texto apresentado no 14º ENG em Rio Branco/AC, na mesa: Conjuntura política brasileira: geografia e AGB.

A crise do modelo neoliberal está se tornando, principalmente, uma crise de confiança, uma desconfiança que quebra a sociabilidade a ponto de se desconfiar do próximo sem razões objetivas.

O próprio jeito brasileiro de fazer e de pensar está mudando. O que significa isso? Parece que algo, ao nível da cultura, está se alterando.

Ora, o problema cultural envolve a crença em valores que, se destruídos, provocam situações de sensação de ausência de leis, de normas ou de regras de organização e, com essas, de desesperança em si mesmo.

Uma sociedade é formada de indivíduos que se relacionam em função de certos padrões civilizatórios aceitos por todos. A Constituição deve conter as diretrizes gerais que, num processo democrático, norteiam as atividades, as aspirações, às crenças, os hábitos e até os sonhos, individuais ou coletivos.

Vivemos um momento em que as regras do jogo estão postas e em processo definido pela Carta Magna. Cabe, pois, avançar em direção ao futuro, sem medo, através da criação de uma sociedade estável, mais permeável às mudanças, que todos desejam, em busca de um projeto nacional, aos moldes dos anos de 1930, planejado, pensado, para todos os brasileiros, não só para uma elite predatória.

Entender como o território mundial e brasileiro é usado, como é configurado, como são feitas as conexões territoriais, quem a controla, como o fazem e com que objetivo é um desafio grandioso e sedutor, que não se tem a pretensão de esgotar neste estudo.

As Crises

Segundo as análises feitas pelo professor Rangel, nos seus vários textos, e pelo nosso companheiro de Geografia professor Armen, foram uma fonte de inspirações, eles sempre tentaram nos alertar, iluminar com suas interpretações e idéias, sobre o mecanismo das **Crises Gerais do Capitalismo**.

Em suas análises, se utilizavam, e o professor Armen ainda continua utilizando, o estudo original de Nicolau Kondratiev, os Ciclos Econômicos.

Esses estudos derivam de outros tais como, análises feitas a partir da Revolução Industrial dos fins do século XVIII, que inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) a fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do século XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff (1926).

MAMIGONIAN, Armen. **Ciclos Econômicos e Organização do Espaço**.

Nos anos 20 do século XX abriram-se com uma prolongada recessão – a qual foi assumida como **Grande Depressão Mundial**, que ocuparia o quinquênio 1929-34. Essa recessão, nas

ondas da I Grande Guerra, trouxe consigo um fenômeno que passou a história com o nome de *Crise Geral do Capitalismo*.

Não era difícil interpretar essa Crise Geral como um movimento *sem retorno*, preparatório da transição do capitalismo para o socialismo, posto este último na ordem do dia pela Grande Revolução Russa, a qual, precisamente nas condições da Grande Depressão Mundial, lançaria vitoriosamente o I Plano Quinquenal.

Nicolau Kondratiev presidiu a equipe da reestruturação da economia soviética – nas condições da **Grande Depressão Mundial**, sem negar a recessão o caráter de crise geral do capitalismo, seus estudos previam ciclos de crises do capitalismo, e marcava para esta um prazo que se cumpriria muito fielmente, ou seja, a Crise Geral do Capitalismo seria cíclica, os chamados ciclos longos, de cinquenta anos aproximadamente (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) a fase depressiva (“b”). A fase “b” do Ciclo Longo – o qual passou para história com o nome de Ciclo de Kondratiev – iniciado como vimos nos anos finais do Século XIX.

Assim sendo, concluída essa fase “b”, a economia mundial tanto por sua componente capitalista “de mercado”, como pela nova economia socialista ou “planificada”, a recessão cederia o passo a uma sustentada “retomada”. Estava claro que se passando outros 25 anos, iniciaria nova face “b”, isto é, nova recessão mundial em outros 25 anos, isto é, de 1973 a 1998.

Não foram só a União Soviética, os países socialistas do Leste Europeu e outros que vieram depois, eles não foram os únicos a se proteger e fugir da Grande Recessão correspondente a face “b” do 3º Kondratiev. Com alguns anos de atraso, outro grande país – que nada tinha de socialista – escaparia as garras da crise. O Brasil, o qual, com um planejamento incipiente, também se livrou dessa crise Recessiva, no que, mais tarde, foi descrito pelos gênios da economia de “industrialização substitutiva de importações”.

Ora, o que havia de comum entre esses países, não era o seu “regime”, mas a fato de que, cada qual ao seu modo e em medida diferente, encontrara maneiras de se proteger, pelo planejamento econômico, a certa medida da “anarquia da produção”. Nunca cometemos no Brasil, equívocos dos primeiros planejadores soviéticos, de se consideravam imunes a **Crise da Produção Capitalista** – isto é, do que hoje estudamos como ciclos “longos” e “curtos” da Economia Mundial.

Os ciclos curtos – também apelidados de Juglar/Marx ou, na classificação de J. Schumpeter, de ciclos médios – tem uma duração variável, aceita de 7 a 11 anos. Mas a de notar que nossos ciclos curtos, companheiros de nossa industrialização substitutiva de importações, cobrem lapsos muito regulares, de dez anos: entre os anos finais de cada decênio, e do subsequente, segundo estudos de Rangel.

Provavelmente, a experiência brasileira foi aproveitada por outros países subdesenvolvidos em seus planejamentos, a começar pela Índia e pela China. Mas não foi o caso soviético, cujos planejadores, se acharam acima do bem e do mal, e que haviam efetivamente dominado as flutuações juglerianas, imaginaram que também haviam dominado os ciclos longos ou de Kondratiev.

Foi esse excesso de confiança que levaram a ex-URSS a cometer esse equívoco, se, em vez de romperem com Nicolau Kondratiev, e mandarem para a morte (Sibéria, em 1930), – tivessem procurado tirar, mais cuidadosamente, proveitos dos seus geniais teoremas.

À primeira vista, os ciclos - e não apenas os ciclos breves – haviam ficado para trás, junto com o próprio capitalismo. Noutros termos, o planejador soviético encheu-se de vaidade, e passou a nutrir a ilusão:

- *de que a economia socialista estava a salvo dos ciclos, inclusive do longo e,*
- *que a crise geral em que havia mergulhado a economia capitalista era um movimento sem retorno.*

*RANGEL, Ignácio. **As Crises Gerais.***

Causaria espanto se não houvéssemos aprendido nada com a **Crise Geral do Capitalismo**, anterior nos gráficos da fase "b" do 3º Kondratiev, quando os dois países - Brasil e Ex-URSS escaparam à recessão geral. Agora, são os grandes países asiáticos – Índia e China – entre outros, que repete, nas condições da fase "b" do 4º Ciclo Longo (1973 a 1998), o nosso desempenho durante a "Crise Geral" anterior. Essas coisas não acontecem por acaso, deve ser óbvio.

No entanto a Rússia e os países da Europa Oriental, que ingressaram na recessão no início dos anos 90 – como qualquer país capitalista – foi interpretado por Gorbatchov, Ieltsin e outros governantes do socialismo, como manifestação de uma estagnação, resultantes de "erros" dos seus planejadores. E o Brasil, que vem combalido desde segunda crise do petróleo por volta de 1978-79, e não consegue resolver sua crise de desenvolvimento e crescimento, talvez porque no lugar de enfrentá-la, vem administrando, passa ano, vem ano, e gente continua na mesma, crescimento pífilo, desemprego e aumento da violência.

Ora, se erro houve, ele deve ser buscado no equívoco indicado sobre a natureza das crises gerais – a anterior, ligada ao 3º Kondratiev, e do início dos anos 90, ligada ao 4º – fato que esses senhores não viram, nem de passagem. Na verdade, foi tão errôneo interpretar a fase "b" do 3º Kondratiev como uma "Crise Geral do Capitalismo", como seria errôneo interpretar a fase "b" do 4º Ciclo Longo como sinal de uma "Crise Geral do Socialismo" – isto é, num e noutro casos, como movimentos sem retorno. Mas é fundamental, do lado de lá, como do lado de cá um gênio singular, como J. Schumpeter, para perceber o caráter transitório da "outra" Crise Geral. Um novo Schumpeter esta fazendo falta ao mundo atual.

*RANGEL, Ignácio. **As Crises Gerais.***

Conjuntura Global

Não existem respostas fáceis para essas questões, ainda mais numa situação em que o *mainstream* (corrente predominante) ideológico, o neoliberalismo, sufoca completamente quaisquer tentativas de se colocar para a sociedade uma visão crítica desta ideologia e apresentar alternativas a ela, como Rangel e Armen vem nos mostrando, como tirar os cegos na escuridão da "caverna".

Ignacio Ramonet, refletindo sobre este novo dogmatismo que o capitalismo espalha insistentemente por toda a parte, desenvolveu um conceito que chamou de “pensamento único”. E o definiu como sendo a manifestação, do ponto de vista ideológico, em escala mundial, dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capitalismo internacional.

A repetição constante do catecismo neoliberal – que inclui a primazia do mercado, a estabilização da moeda a qualquer preço, o Estado mínimo, a desregulamentação, a privatização, a liberalização, etc. – por todos os meios de comunicação, por jornalistas, políticos e analistas, confere a este “novo evangelho” tal força de intimidação que sufoca as tentativas de reflexão livre, estabelecendo-se então o domínio total do “pensamento único”, chamado de “novo obscurantismo, ou de globalitarismo”.

Como sabemos os Estados Unidos foi à primeira república democrático-burguesa organizada no mundo, desde que a revolução estadunidense conquistou a liberdade face à Inglaterra e as treze ex-colônias inglesas da América do Norte firmaram, em julho de 1776, a famosa “Declaração da Independência”, adotando o regime republicano e a ideologia dos “direitos naturais” do homem (ainda que a nova república convivesse com a escravidão). Os motivos básicos da revolução estadunidense contra a Inglaterra estão relacionados com razões econômicas, em particular a necessidade de se desenvolver as manufaturas e de se quebrar o monopólio do comércio externo imposto pela Inglaterra às suas colônias. Nos anos que se seguiram a revolução, os EUA, opondo-se ao pensamento econômico dos livre-cambistas ingleses, implementou-se forte política protecionista, formulada sobretudo por Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro estadunidense, sob governo de Washington. Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos se envolveram numa violenta guerra civil (1861 – 1865), que opôs o Norte, burguês e industrializado, ao Sul, aristocrático e escravista. Ao final da guerra, as forças separatistas foram derrotadas, garantindo-se a hegemonia do Norte, o fim da escravidão e um poderoso estímulo à industrialização, ao trabalho assalariado e ao mercado interno. Já neste século, com a grande depressão iniciada em 1929, os EUA, sob a direção do presidente Franklin Roosevelt (período 1933-1945), operaram grandes modificações na política interna. O presidente Roosevelt promoveu, para os padrões norte-americanos, reformas sociais e fiscais de vulto e reativação da economia por meio de investimentos e gastos públicos.

Com o desenlace final da guerra fria a seu favor e as transformações na União Soviética, tomaram novo alento e firmou sua completa hegemonia em todo o mundo. É quem tem dado as cartas do presente processo de globalização, que é, até agora, a forma que assumiu o processo de expansão imperialista na ordem mundial unipolar.

Alemanha e Japão tiveram trajetória bem distinta, seguindo um caminho sem rupturas drásticas, em que as principais mudanças foram promovidas “por cima” pelas antigas classes dominantes, com pouca participação popular.

No âmbito da Europa Ocidental, a Alemanha teve industrialização tardia. A revolução burguesa de 1848 fracassou e a região continuou sob a hegemonia dos *junkers* (aristocracia rural)

prussianos. Somente por volta no fim do século XIX, com a reunificação dos Estados alemães sob a direção do primeiro-ministro da Prússia, Bismark (ele próprio um *junker* de fortíssima tradição autoritária) e o ressurgimento do Império é que a Alemanha experimentou um grande desenvolvimento capitalista. Uma das bases objetivas que impulsionou a formação da nação alemã foi à idéia do Zollverein – a união aduaneira nacional dos Estados alemães – como forma de viabilizar sua industrialização e de se contrapor às demais potências européias (França e Inglaterra). Quem lançou a idéia do Zollverein foi o economista alemão Friedrich List, cuja obra principal, não por acaso, chama-se Sistema Nacional de Economia Política. List criticou as teorias de Adam Smith e de Ricardo e defendeu a tese de que qualquer país, em fase inicial de industrialização precisar de uma política de proteção tarifária contra produtos estrangeiros.

O desenvolvimento e o expansionismo alemão desequilibraram a balança do poder mundial, então dominado pela Inglaterra, acirrando as contradições em torno da disputa por mercados, zonas de influência e fontes de matérias-primas.

O Japão, por seu lado, manteve-se isolado do Ocidente praticamente até meados do século XIX. Tinha um regime feudal. No período 1868-1912, o Japão passou por grandes transformações, sob o imperador Mutsuhito, período conhecido como “Era Meiji”. Sob o impacto dos choques provocados pelos contatos com o Ocidente, o imperador quebrou o regime feudal de Xogunado, centralizou o poder em Tóquio, lançou as bases da modernização capitalista do país, reestruturou o exército e a marinha, ao mesmo tempo em que iniciou uma era de expansionismo japonês na Ásia. O caminho japonês também foi, à sua maneira, o de uma modernização conservadora e autoritária. Sempre premido por suas limitações de recursos naturais e por suas pretensões hegemônicas na Ásia e no Pacífico, o Japão uma das mais rápidas e bem sucedidas transformações econômicas do século XX, tendo em conta seu atraso relativo face às potências ocidentais. No começo da década de 1930 invadiu a China, estabeleceu um Estado fantoche na Manchúria e deixou claras as suas pretensões de erigir um grande império na Ásia.

Alinhou-se à Alemanha e a Itália na Segunda Guerra Mundial e se lançou contra as posições inglesas e norte-americanas no oceano pacífico, a partir do ataque surpresa à base de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941. Derrotado na Segunda Guerra Mundial, foi o único país a sofrer ataques nucleares. Destruído pela guerra e sob ocupação estadunidense até hoje, foi, como a Alemanha, enormemente beneficiado pela Guerra Fria, pois na Ásia, era o posto capitalista mais avançado de contenção do campo socialista. A vitória da revolução Chinesa, em 1949, só veio aumentar a importância do Japão para os Estados Unidos assim como a eclosão da guerra da Coreia, em junho de 1950. Ali, também, o imperialismo estadunidense aplicou somas enormes, estimulando e favorecendo a reorganização soerguimento econômico do país. O Japão manteve, porém, sua forte identidade nacional. Possui uma das bases econômicas mais modernas do mundo, hoje junto com a China e a Coreia do Sul, são as grandes potências do SE asiático, em áreas tecnológicas de ponta e mantém um mercado interno ainda muito fechado. São os países com quem os Estados Unidos têm o maior déficit comercial, situação que vem

perdurando a muitos anos, em que pese todos os esforços e pressões estadunidenses por uma maior abertura do mercado.

Perspectivas/Oportunidades

Diante desse quadro, a Europa se organizou e lançou a União Européia em 1992, firmada no tratado em Maastricht, que entrou em vigor em 1993. Os EUA chamaram sua periferia para reunião na capital do *Império*, Washington, enquanto John Williamson demonstrava seu consenso, os estadunidenses articulavam a liberação dos mercados através da criação da OMC, também em 1993, além de se precaver contra percalços, lançava o seu NAFTA, também articulado no fatídico 1993. Com o fim da Guerra Fria, os EUA passam a ter o controle hegemônico na Economia Mundial, além dos aparelhos de controle da mídia de aluguel global, foi muito fácil à difusão de suas idéias globalitárias através do controle e manipulação absoluta dos organismos supranacionais, como a ONU. Sem adversários e inimigos, os Estados Unidos se viram livres para implantar suas políticas neoliberais, através do mecanismo conhecido como **Consenso de Washington**, que em resumo foi mais ou menos assim.

O que Williamson queria dizer em seu texto, é que a rede onde circulavam as idéias e proposições ditadas pelo centro do poder – era o governo estadunidense, o FMI, o Congresso dos Estados Unidos além da rede de técnicos burocratas que estavam no comando e coordenavam a política econômica mundial, a partir dos EUA, e esse grupo fazia a gestão política da América Latina, isso são eles que governavam de fato a América Latina, através de suas redes de produção intelectual. E, hoje, aparentemente, de uma maneira hegemônica e integrada, essas redes de institutos e agências (FMI, BIRD, OMC, etc.) atuam em conjunto com as mesmas idéias.

É um fenômeno admirável. As principais burocracias econômicas do Tesouro estadunidense: o FAD, o FMI, o BID, o BIRD, a OMC e, até as Nações Unidas; além da academia que gira em torno de Washington, todos agem em rede receitando os mesmos remédios, afirmou Williamson!

Olho para todos os lados leio, sinto e percebo que todos estão pensando a mesma coisa, isto é, todos estão propondo a mesma coisa. Há uma forte convergência. E não foi sempre assim, nem sempre foi assim!

Então, essa foi à primeira coisa que Williamson percebeu: "em Washington todos estão pensando que na América Latina todo mundo tem de fazer à mesma coisa". Aliás, não só a América Latina, o Consenso de Washington diz respeito à visão estadunidense sobre a condução da política econômica, para os países periféricos no mundo inteiro, mas, obviamente, de forma muito mais direta para os países da América Latina que, naquele momento, eram os países mais endividados, e estavam situados embaixo da zona de hegemonia, da supremacia estadunidense. E essa constatação, ele chamou de **Consenso de Washington**. O consenso era esse conjunto de coisas. Congresso, burocracias, burocracias internacionais, aí há um acordo sobre o que?

Quais eram as idéias do acordo que ele percebia?

- Um plano de ordem macroeconômica havia um acordo completo entre todas as agências econômicas, que todos os países periféricos deveriam, no momento, serem convencido a aplicar um programa em que lhes é requerido um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa inevitavelmente por um programa de reformas administrativas, providenciárias e fiscais, e um corte violento no gasto público, principalmente na área social.

Esse era o primeiro pacote: estabilizar é necessário. E para estabilizar, é necessário uma política fiscal austera, com cortes, corte de salários dos funcionários públicos e congelamento de seus salários, demissões, flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social.

O que é que ele descobria no plano macroeconômico? Há um acordo entre todas essas agências com relação aos países periféricos, no sentido que todos deveriam buscar a estabilização monetária, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

- Segunda coisa que ele percebia, todos pensavam que esses países devem fazer políticas monetárias rigidíssimas, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

A segunda ordem de propostas e reformas, que estava naquele "consenso", para usar a palavra de ordem deles, é de ordem microeconômica: é preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto.

Então, o único caminho para as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrar nesse jogo seria o aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários.

- Terceira coisa que o consenso propunha: nada disso será possível se não desmontar radicalmente, o modelo anterior que havia nesses países, um modelo perverso, que funcionou mal, só fez porcarias, que é o modelo de industrialização por substituição de importações.

E o Brasil e América Latina?

E o Brasil? Aqui, nossa independência não se seguiu a nenhuma revolução burguesa, que já direcionasse um projeto nacional (burguês) para o país. Nem tão pouco ocorreu qualquer tipo de “despotismo esclarecido” que operasse, ainda que “por cima”, as necessárias transformações sociais e econômicas capazes de modernizar o Brasil e fazê-lo contemporâneo do curso da história mundial país de desenvolvimento capitalista muito tardio, sempre fomos e continuamos a

ser – apesar do tamanho do nosso território, dos nossos recursos naturais e da nossa população –, uma nação periférica no cenário mundial, adepto das potências do momento e em crise constante de identidade. As elites que permanentemente aqui hegemonizaram o poder – pois este até agora, jamais foi alcançado pelas classes populares – nunca implementaram um projeto que resultasse num país próspero e independente, mesmo dentro dos marcos do regime capitalista. Houve poucas tentativas neste sentido e se perderam muitas oportunidades históricas. Quem estuda a evolução econômica do Brasil percebe que problemas como crise cambial, inflação e dívida externa estão sempre presentes e entrelaçados. Tais problemas resultam de um regime capitalista deturpado e manco, submetido aos interesses externos. Além das contradições e das mazelas normais do capitalismo, ainda tivemos de suportar uma permanente interferência das potências hegemônicas e do capital monopolista internacional na estruturação de nossa vida política e econômica. Ao longo de nossa história inclusive na fase capitalista mais recente, temos transferido uma parcela considerável das riquezas aqui criadas para as potências imperialistas, pelos mecanismos da dívida externa, dos pagamentos de juros, das remessas de lucros, das trocas desvantajosas, etc. Grande parte do excedente econômico (mais-valia) aqui gerado vai para fora e, em termos relativos, somente uma parcela reduzida deste excedente é reaplicada no Brasil.

Como Rangel genialmente interpretou nossa histórica crise.

A evolução da economia e da sociedade brasileira tem seguido uma linha impecável, que procurei definir em meus trabalhos sobre "Dualidade Básica da Economia Brasileira" ---especialmente no livro com esse título, escrito por volta de 1953, não por certo, sem a colaboração de ilustres amigos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), notadamente nosso saudoso Alberto Guerreiro Ramos. Tratava-se da tese com a qual canhestamente me candidatava ao provisionamento como economista, a qual somente seria aceita e publicada cinco anos depois.

A "Dualidade", sem negar o papel da luta de classes em nossa sociedade, confere a essa luta um desdobramento diferente do que poderemos encontrar no Materialismo Histórico clássico, ligado aos nomes de Marx e Engels. Com efeito, em cada uma das etapas do desenvolvimento de nossa sociedade, esta é dirigida por uma coalizão, que associa em firme pacto de poder, duas classes; uma em posição hegemônica, e outra em posição subalterna.

Ora, na transição de uma "Dualidade" para outra, a classe governante subalterna, na anterior "Dualidade", emerge como força hegemônica, enquanto a posição subalterna passa a ser ocupada por uma dissidência progressista da classe hegemônica do anterior pacto de poder.

Assim, ao se tornar o Brasil independente, a classe dos senhores de escravos – que fora a classe dirigente subalterna, sob a hegemonia do capital mercantil português – emergiria como a classe hegemônica nos quadros da "1ª Dualidade", assumindo posição subalterna o nascente capital mercantil brasileiro, uma dissidência progressista do velho capital mercantil português.

Com a Abolição-República, emergiria como classe hegemônica, a única possível da "2ª Dualidade", o capital mercantil brasileiro, já amadurecido para isso, ao passo que o lugar antes ocupado pelos senhores de escravos passaria a ser ocupado pelo latifúndio feudal, não mais como força hegemônica, mas como sócio menor do novo pacto de poder.

Com a Revolução de 30-37 – e conseqüente formação da "3ª Dualidade", a posição hegemônica passaria ao latifúndio feudal – enquanto o nascente

capitalismo industrial (uma dissidência progressista do velho capitalismo mercantil) emergiria como sócio menor do novo pacto de poder.

Com o advento do 4º Kondratiev, prepara-se, também, a implantação da "4ª Dualidade". Mais uma vez devemos esperar mudanças no pacto fundamental de poder, mas isso não quer dizer que a reforma agrária, tal como a entendíamos nós, os revolucionários de 1935, nos quadros da anterior "Dualidade", seja iminente, agora.

No comando do novo pacto de poder deverá surgir o sócio menor do pacto anterior, vale dizer, o capitalismo industrial, deslocando da hegemonia o latifúndio feudal. Entrementes, o novo sócio menor deverá, mais uma vez, ser uma dissidência do latifúndio feudal, isto é, o anterior sócio hegemônico, mas, com toda probabilidade – e a julgar pelos fatos já constatados – A frente dessa dissidência não deve aparecer à propriedade rural familiar, mas um latifúndio capitalista, do mesmo modo como o latifúndio escravista foi, com a Abolição-República, substituído pelo latifúndio feudal.

Devemos estar lembrados de que as forças mais conservadoras da sociedade – com a Igreja católica à frente – no processo revolucionário dos anos 30, tomaram posição contra a reforma agrária, tal como a entendia nós, os revolucionários da época. Que estivéssemos equivocados – do mesmo modo como estavam os revolucionários soviéticos contemporâneos, quando entendiam a fase "b" do 3º Kondratiev, como sinônimo de uma Crise Geral do Capitalismo, sem retorno possível – não deve haver dúvida. Mas isso não quer dizer que a reforma agrária iminente seja identificável com a que não pudemos fazer com a ANL, nos anos 30. Uma reforma agrária está, por certo, em pauta, ou em marcha, mas, nem será como a que não pudemos fazer em 30, nem como a que nos propõem agora os bispos - inclusive o papa.

Um capitalismo agrícola – em substituição ao latifúndio feudal – será uma mudança profundamente revolucionária, fazendo-se sob a hegemonia do capitalismo industrial, já agora plenamente amadurecido.

RANGEL, Ignácio. As Crises Gerais.

Após a reeleição de George Bush, Lula foi protagonista, na reunião do Grupo do Rio, do anúncio da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSAN). Parece ter ficado explícito que a ALCA não é prioridade regional, mas é importante colocar que a ALCA não é também mais objetivo central da política externa estadunidense como era há 10 anos. Quer dizer, as duas coisas de certa forma se estruturam paralelamente. Nem é interesse dos países da América do Sul um acordo de livre comércio com os EUA hoje, nem os estadunidenses têm interesse num livre comércio explícito com o bloco da América do Sul.

Os estadunidenses sempre vão, evidentemente, procurar vantagens comerciais em quaisquer espaços frente a outros concorrentes, mas o objetivo central de estruturação de um bloco na América do Sul que possibilitasse aos estadunidenses acesso irrestrito aos recursos naturais da região deixou de ser prioridade dos Estados Unidos desde 1997. Porque até 1997 o continente americano tinha recursos suficientes para garantir sua hegemonia. E as descobertas de que o petróleo desse continente representa só 14% das reservas mundiais e que os EUA consomem de 25% a 30% do petróleo mundial levaram os estadunidenses a mudarem sua estratégia. E a ALCA deixou de ser prioridade como era, em face da incapacidade provedora de petróleo no continente americano aos Estados Unidos priorizam a Ásia Central.

Para o desenvolvimento brasileiro e sul-americano, defende Darc Costa (2003) a construção de um Mega-Estado na região. E segundo Darc, "o Brasil é imprescindível, e esse é

um movimento que se observou na história dos Estados nacionais. Não é uma coisa do século XXI. Já aconteceu no final do século XIX. Dois Estados nacionais se construíram pela conjunção de pequenos Estados, como é o caso da Alemanha e da Itália. E esse é um processo que tem como objetivo construir capacidade competitiva em nível mundial.”

Para enfrentar os EUA, temos que estruturar um mercado de tal forma a ter escala suficiente para colocá-lo no comércio internacional, aí nosso mercado passa a ter significado. Com o avanço da tecnologia hoje, ou se estruturam mercados com grande capacidade de recursos e população ou não se terá condições de concorrer nas tecnologias de ponta, porque elas são tecnologias em escala intensiva. Para tanto os países pequenos ou se unem ou ficam na periferia. Foi essa leitura que levou à criação da União Européia. A União Européia é uma realidade em função da necessidade do mercado. Na interpretação de Darc Costa, a integração da América do Sul decorre necessariamente do espírito da época. E o espírito da época de hoje, não é a globalização, e sim a regionalização, muito diferentemente do que o *establishment* vem afirmando. E para se levar essa proposta adiante é preciso coragem, e de alguém que evidentemente tenha poder para construir esse processo. Na América do Sul só temos o Brasil com força suficiente para fazer isso.

Com a tradicional fragilidade dos governos da América do Sul em termos de dependência econômica, dependência cultural e ideológica, em relação aos Estados Unidos, parece-nos bastante complexa a tarefa de conciliar a integração com os interesses nacionais de cada país, uma vez que muitos países nós vêem como uma potência neo-imperialista.

Para construir um Mega-Estado, como foi colocado, só será possível se conseguirmos juntar os ideais de Darci Ribeiro (O Povo Brasileiro, Os Índios e a Civilização e O Processo Civilizatório), Câmara Cascudo (Tradição, Ciência do Povo e Geografia dos Mitos Brasileiros) entre tantos lutadores, que fizeram resistência, pregando a autonomia da América tais como; (Simón Bolívar, San Martín, Artigas, Abreu e Lima, espalhados na Venezuela, Colômbia, Bolívia, Argentina, Emiliano Zapata e Pancho Villa, no México, Luis Carlos Prestes, no Brasil, Augusto Sandini, na Nicarágua, Ernesto “Che” Guevara, Argentina e Fidel Castro em Cuba).

Para além da questão ideológica, os meios de comunicação são estruturados ideologicamente. Então, para fazer com que as coisas avancem é necessário nós nos reconhecermos como nós próprios. Ou abandonarmos a visão do outro e ficarmos com nossa própria. Coisa que podemos fazer estruturando processos no imaginário político. Como ocorreu de modo tímido no governo Lula. ***A idéia de que o melhor do Brasil é o brasileiro.***

Valorização da auto-estima é capaz de construir uma cultura que se projeta externamente. Recuperando a auto-estima do povo brasileiro e do povo da América do Sul, que é um povo glorioso. Nós somos o gênero humano posto aqui. Diferentemente deles que são partes do gênero humano, nós somos o próprio gênero. Precisamos recuperar isso: entender que nós somos o gênero. E é ao gênero que é dado estímulo, não às partes.

Portanto, essa é uma questão de tempo, porque a economia acaba prevalecendo sobre a política. E é isso que o governo brasileiro tem de peitar: que as coisas se resolvam como têm de ser resolvidas. Porque ninguém consegue mudar uma vida. A geografia é destino. Assim como a história é razão, a geografia é destino. O Chile está destinado a compor a América do Sul, porque geograficamente está na América do Sul, nunca vai se compor com a América do Norte. Não se discute.

O governo Lula caminha agora para o seu segundo mandato, com um crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 3,0%. É possível um crescimento econômico compatível com as dimensões e as necessidades do país, tendo em conta a atual política econômica?

Nós temos que olhar o Brasil pelo próximo meio século. E olhando o Brasil pelo próximo meio século não existe país com potencial para crescer tanto no mundo como ele. As pessoas falam na China, mas ela tem alguns problemas que nós não temos. Nós precisamos entender o seguinte: crescer pressupõe acrescentar e envolver para dar à população usufruto da capacidade. Então, nós temos que desenvolver o país. Crescer 3,5% não quer dizer muita coisa porque nós muitas vezes esquecemos o denominador da fração: considerar as pessoas. O relevante no processo é que as pessoas cresçam. Para mim, esse deve ser o objetivo do governo: fazer com que as pessoas evoluam, cresçam, tenham capacidade de se sentirem melhor. E isso depende da renda, evidentemente. É preciso distribuir renda e é preciso crescer.

A propósito, o Brasil cresceu 7% durante 50 anos e o Banco Central apareceu nos últimos 16 anos. E ele tinha uma função clássica, porque o que eles chamam hoje de BC nada mais é do que o computador da moeda. Mas a idéia de um Banco Central surge num informe que Hamilton faz ao Congresso estadunidense em 1791. Onde não é exclusivamente função de controle da moeda, mas, principalmente, do controle da expansão do crédito. Porque capitalismo não é feito de sonho, mas de crédito. Se o Banco Central não dá crédito não há capitalismo que avance. Quer dizer, se quisermos que o país cresça devemos dar crédito. E crédito pressupõe instruir o Banco Central a cumprir as suas funções, muito além da moeda.

E se continuar com essa política o Brasil fica subordinado ao Banco Central; coisa inacreditável, porque, na verdade, o BC existe para servir o Estado-nacional e não para se servir do Estado-nacional.

E a AGB?

Desde a sua fundação, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, AGB, há setenta e dois anos atrás, é parte indissolúvel do processo de produção e formação da Geografia brasileira.

Embora nossa AGB tornou-se verdadeiramente nacional, depois de 1944, quando a partir da Assembléia Geral de Lorena, começou uma cooperação de trabalho entre os vários geógrafos sócios da entidade, embora com um perfil aristocrático, uma vez que se estabeleceram duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, constituídos pelos demais sócios.

O processo de ruptura desse modelo, ou por outras palavras, a democratização da AGB, teve início da década de setenta, em plena ditadura militar, quando os sócios efetivos não puderam conter a pressão dos estudantes e dos novos geógrafos, desejosos de transformações e de participarem da direção da entidade. A partir daí, as Assembléias Gerais foram substituídas pelos Encontros Nacionais que passaram a agrupar centenas de geógrafos e a se realizar em grandes cidades que pudessem atender à demanda de participantes. Nessa época os IBGE, a UNESP campos de Rio Claro e a UFRJ, desenvolveram estudos e publicaram numerosos trabalhos baseados na quantificação. As divergências se acentuaram, pois vivíamos em plena ditadura, a luta entre os quantitativos e os militantes orgânicos nacionalistas se exacerbou do ponto de vista político. O choque definitivo se deu no ENG de Fortaleza em 1978, e na assembléia de 1979, quando a comunidade se dividiu e os estudantes, passaram a controlar o processo decisório na AGB.

Fruto desse processo, sempre houve muita desigualdade entre as seções da AGB, isso ocorre devido seus vícios de origem, umas surgiram de rachas dentro do departamento universitário, sendo assim umas são de origem acadêmica, outras como dissemos de origem estudantil, ou de grupos de professores e bacharéis. Essa sócio-diversidade foi construída deformada na origem, resultando nessa falta de unidade atual, do ponto de vista da linguagem e da ação, daí essa diversidade de AGB's, umas mais independentes, com vida própria, e outras totalmente apáticas e dependentes da nacional. Pois desde seu início (inspiração/motivação) e seu fim (objetivo político, finalidade e papel da Entidade), não se encontram claros, isso fica evidente, pois nos últimos encontros a AGB só tem se encontrado, mas não se articula minimamente para discutir um projeto, o que me parece, ela só conseguiu foi reforçar e gerar uma visão de Entidade promotora de "encontros".

AGB foi fundada por Deffontaines em 1934 (São Paulo) e em 1936 (Rio de Janeiro) como pretexto para aperfeiçoar o estudo da geografia, ou seja, com o objetivo de instrumentalizar a fraca formação acadêmica dos anos 30, nesse período havia seções noturnas (*conversas sobre geografia*), essas discussões a título suplementação, uma vez por semana.

As Crises

Antes a preocupação era científica, hoje é acadêmica e profissional (questão profissional, MEC e CREA/CONFEA).

Disputa de espaços; o que queremos? É preciso esclarecer que disputar espaço, não é competir, é ter uma leitura diferente, e querer ser ouvido, é querer ter uma proposta debatida, em fim avaliada.

Precisamos entender que na AGB, com a crise, ou sem a crise, não somos super (homem, mulher) portanto não conseguimos resolver tudo, por isso a importância de partilhar experiências, democratizar "o fazer a AGB", penso que para sair dessa crise, precisamos de unidade (não de padronização), unidade de propósitos, dentro da pluralidade de opiniões.

Problemas

Avaliação feita por vários sócios, já publicada nas instâncias da AGB, o que eles vinham sentindo na AGB;

- 1) Há 20 anos os geógrafos bacharéis e pesquisadores vem se afastando da entidade, isso vem fragmentando a associação, através de encontros paralelos, (agrária, Urbana, Meio ambiente, Física etc.), isso é bom ou ruim?
- 2) A produção da AGB, revistas, boletins, e jornais, deveriam ter um caráter realmente nacional e científico, ou seja, a entidade deveria garantir a pluralidade acadêmica e regional em suas publicações.
- 3) Os vários sócios pregam mudança qualitativa nos encontros, quanto ao caráter científico, com teses, e aulas de campo, prática, com debates de questões teóricas para a solução de problemas práticos, não derivar de situações hipotéticas, mas práticas.

Alternativas

“Procura-se um Brasil para pesquisar, encontra-se uma AGB para se envolver?”

Entender, opinar, e ensinar, com conhecimento de causa, esse é nossa tarefa como geógrafos perante a sociedade, Nosso projeto não se esgota nisso, como se fosse pouco,? Qual nossa proposta efetiva que temos produzido e feito alcançar na sociedade?

Uma Entidade da Sociedade Civil, sustentada por trabalho voluntário dos seus associados só alcança uma presença ininterrupta de 72 anos na realidade brasileira se sempre estiver atuante, atualizada e consoante com os anseios e propósitos firmes, mesmos que esses transitem de acordo com os desafios que são postos e reconhecidos a cada momento ou período da nossa trajetória.

São tantos os que têm construído a(s) Geografia(s) no Brasil que qualquer texto seria insuficiente para indicar a riqueza de nossa atuação. A história da AGB não deve ser contada apenas como referências cronológicas e factuais, nem somente narrando experiências, mas trazendo a gama de convivências que expressam uma parte de projetos de vida, onde a geografia tem tido lugar certo. Para tanto caro leitor, geografar é preciso!

- O projeto se ele vier a ser construído, deve levar em conta a liberdade de expressão das diversas correntes de pensamento que existem, ou possa existir dentro da Entidade, no sentido de elaborar propostas, para eventos ou publicações, que serão avaliadas e discutidas pela DEN, e postas em votação caso não se chegue a um acordo. Poderia ser através de grupos de trabalho permanentes, ou não.
- RGC's regionais com a presença da DEN, para aglutinar e discutir projetos, formular propostas etc.
- Publicações nacionais, organizadas em seu projeto editorial por regiões, para que todos se vejam contemplados e representados.
- Efetivar e priorizar as redes das Comissões Nacionais;
- Cursos e aulas de campo, colóquios, como nos bons tempos da AGB, profissionalização da AGB através de vinculação ao projeto de Utilidade Pública, onde ela possa minimamente ter uma sede com um atendente, e honrar seus compromissos fiscais e financeiros, já temos várias experiências concretas nas Locais.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). Pós-neoliberalismo I: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 09-23.
ANDRADE, M. C. de. Geografia: Ciência da Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987.

- ANDRADE, M. C. de . A AGB e o pensamento Geográfico Brasileiro. Terra Livre nº09, São Paulo: p. 143-152, jul/dez. 1991.
- BIGARELLA, J. J. Noticiários da AGB Paraná. Boletim Paranaense de Geografia nº 01. Curitiba: p. 60-67, 1960.
- CROCETTI, Z. S. Geografia do Neoliberalismo. Anais do 1º ENSULGEO. Curitiba: AGB/Curitiba, 2003.
- DOBB, M. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 9ª edição.
- MAMIGONIAN, A. A AGB e a produção Geográfica Brasileira: Avanços e Recuos. Terra Livre nº08. São Paulo:, p. 157-162, jan/jun. 1991.
- MAMIGONIAN, A. Ciclos Econômicos e Organização do Espaço. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- MAMIGONIAN, A. Marxismo e “Globalização”: As origens da Internacionalização Mundial. In: SOUZA, Álvaro José de et. all (org.). Milton Santos Cidadania e Globalização. Bauru: Saraiva, 2000. P. 95-100.
- MAMIGONIAN, A. Teorias Sobre a Industrialização Brasileira. Florianópolis: EDUFSC, 2000.
- MARX, K. O Capital, Volume II, (capítulos XXIV e XXV). São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.
- RANGEL, I. M. A História da Dualidade Brasileira. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(4):5-34, jan.-mar., 1981.
- RANGEL, I. M. Ciclo, Tecnologia e Crescimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982 (Retratos do Brasil, 158).
- RANGEL, I. M. Economia, Milagre e Antimilagre. Rio de Janeiro, Zahar, 1985 (Brasil: os anos do autoritarismo). Conferências pronunciadas na Universidade da Bahia.
- RANGEL, I. As Crises Gerais. Revista de Economia Política, vol. 12, nº 2 (46), abril junho/1992.
- SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-58.
- SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, M. all (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1995. P. 15-20.
- SANTOS, M. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2003. 2ª edição.
- SCHUMPETER, J. A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SWEEZY, P. M. Do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SWEEZY, P. M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 6ª edição.